

O GRUPO DO RIO:
APONTAMENTOS SOBRE A QUESTÃO
DO DESENVOLVIMENTO E DA
COOPERAÇÃO POLÍTICA
INTRA-REGIONAL NO INÍCIO DO
SÉCULO XXI

CARLOS FEDERICO DOMÍNGUEZ AVILA

Doutor em História das Relações Internacionais pela UnB
Docente e pesquisador do Mestrado em Ciência Política do Unieuro
E-mail: cdominguez_unieuro@yahoo.com.br

MARÍLIA GONÇALVES DE OLIVEIRA

Bacharel em Relações Internacionais pelo Unieuro
E-mail: marilia110@ibest.com.br

RESUMO

O artigo propõe uma análise sobre a eficácia dos objetivos e ações do Grupo do Rio, na América Latina e no Caribe, pensada com base em sua articulação com os conflitos políticos e econômicos da região. O objetivo é contribuir para o debate acerca da trajetória e eficácia do Grupo do Rio em promover o desenvolvimento na América Latina e Caribe.

Palavras-chave: Grupo do Rio, América Latina e Caribe, política externa brasileira, desenvolvimento.

ABSTRACT

This paper proposes an analysis on the effectiveness of the goals and actions of the Group of Rio, in Latin America and Caribbean, thought from its articulation to the region political and economic conflicts. The goal is to contribute to the debate concerning the trajectory and effectiveness of the Group of Rio in promoting development in Latin America and Caribbean.

Keywords: *Group of Rio, Latin American and Caribbean, Brazilian Foreign Policy, development.*

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma análise sobre a eficácia dos objetivos e ações do Grupo do Rio, na América Latina, articulada aos conflitos políticos e econômicos da região, durante a última década. Como objetivo maior, pretende-se contribuir para o debate acerca da trajetória do Grupo do Rio, além de analisar os conflitos políticos e econômicos locais, com base em uma reflexão sobre os fatores que dificultam a projeção política e econômica da região no mundo global.

O problema central do trabalho refere-se, portanto, à questão do desenvolvimento, no caso, com foco na América Latina e no Caribe. Assim, procura responder às indagações a seguir: (i) de que maneira o problema do desenvolvimento é abordado pelo Grupo do Rio?, (ii) em que medida tal abordagem articula-se à abordagem do desenvolvimento sustentável?, e (iii) até que ponto os governantes latino-americanos e caribenhos se colocam como parceiros no Grupo do Rio?

Trata-se de uma reflexão sobre o desenvolvimento e a forma como ele vem sendo abordado nos países periféricos. A discussão será feita a partir das formulações de Ignacy Sachs (2004) e Immanuel Wallerstein (2002). Já no que concerne aos conflitos políticos da região e às dificuldades de consenso político e econômico na América Latina e no Caribe serão utilizadas as formulações de Luís Fiori (2007). Por fim, sobre o Grupo do Rio, a reflexão será feita com base nas formulações de Boris Yopo (1991), Heloisa Vilhena de Araújo (2005) e Josette Altmann (2007).

O tema em questão é de suma relevância, na medida em que contribui para o debate acerca dos problemas políticos e econômicos relacionados ao desenvolvimento dos países latino-americanos e caribenhos e dos mecanismos propostos para a solução de tais problemas.

O artigo está organizado da seguinte maneira: na primeira parte, apresenta-se uma reflexão sobre o modelo de desenvolvimento praticado depois da Segunda Guerra Mundial, o que resultou na proposta do desenvolvimento sustentável para o mundo desenvolvido e em desenvolvimento. Na segunda parte do trabalho, aborda-se a proposta e a formação do Grupo do Rio como fórum de discussão na América Latina e no Caribe. São discutidos seus objetivos e resultados quanto ao desenvolvimento da região, quanto aos acordos de cooperação e quanto ao consenso político, para que suas propostas se firmem. Por fim, na terceira e última parte, apresentam-se as considerações finais.

2 RETROSPECTIVA SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

A ênfase na questão do desenvolvimento, segundo Immanuel Wallerstein (2002), aparece como consequência do surgimento do Terceiro Mundo. Ao fazer um paralelo entre o Terceiro Estado da França pré-revolucionária e a situação dos pobres e deserdados países da América Latina, África e Ásia, esquecidos pelas superpotências, o demógrafo francês Alfred Sauvy introduziu o conceito de Terceiro Mundo, que passou a ser usado para designar nações de economias subdesenvolvidas. Os países do Terceiro Mundo tinham dois objetivos: maior autonomia política e maior riqueza. A autonomia política significava a independência dos países colonizados ou um maior vigor nacionalista aos que já eram soberanos. Logo essa autonomia foi legitimada em virtude da aceitação do conceito da autodeterminação dos povos. O objetivo de alcançar maior riqueza foi o mais difícil de ser estabelecido.

No período de 1945 a 1970, houve uma expansão na economia internacional. Esse fato gerou otimismo no mundo inteiro, quanto ao crescimento da riqueza. Havia, no entanto, um abismo que separava os países ricos (centrais) dos países pobres (periféricos). Acreditava-se que esse abismo poderia ser superado, e esse processo de superação Immanuel Wallerstein (2003) considerou como desenvolvimento.

A expansão econômica desse período atingiu seu ápice em 1970, mas logo se iniciou uma fase de estagnação econômica. O período de 1970 a 1990 se tornou uma época de profunda ilusão. A crença no desenvolvimento se extinguiu e logo o conceito de cultura interveio. A cultura, ainda segundo Immanuel Wallerstein (2002), passou a ser vista como um obstáculo para o desenvolvimento, já que ela representava o “tradicional”, em oposição ao “moderno”. Assim, os povos subdesenvolvidos precisavam se modernizar. Tal modernização se tornou possível com a “ajuda desinteressada” dos países desenvolvidos e das organizações internacionais, que iniciaram uma série de projetos e reformas internas para apressar o processo de modernização das economias consideradas atrasadas. O resultado disso gerou consequências drásticas, pois, apesar do investimento e da ajuda para a modernização, os países subdesenvolvidos se viram afundados em dívida externa, tendo de suportar uma crescente fuga de capitais e uma redução dos investimentos.

A crença no desenvolvimento por meio da mudança política propositada cedeu lugar à reafirmação da cultura. Então, a cultura não seria mais vista como obstáculo, e sim como apoio contra o agravamento da situação econômica. A cultura, segundo Immanuel Wallerstein (2002),

refere-se a coisas que são comuns e ao mesmo tempo a coisas que não são comuns a dois ou mais indivíduos e grupos. Nesse sentido, o termo cultura foi usado para conceituar o que separa os povos, passa a ser utilizado para delimitar fronteira entre os povos que se apropriaram de diferentes maneiras das forças produtivas, e isso acabou interferindo em seu ritmo de desenvolvimento.

A geocultura do desenvolvimento foi definida por Immanuel Wallerstein (2002, p. 147) como “[...] elaboração histórica de uma pressão cultural que leva todos os países a embarcarem num programa de modernização ou desenvolvimento, programa esse que poderia ser inútil para muitos países.” Essa geocultura do desenvolvimento estrutura-se em três convicções: os países são soberanos e economicamente autônomos; cada um dos países possui uma cultura nacional; e os países podem com o tempo se desenvolver sozinhos.

O autor afirma que as duas primeiras convicções não são de todo verdadeiras, e a última é falsa, por ser uma ficção crer na soberania e na autonomia econômica. Nem mesmo existe uma cultura única nacional ininterrupta na história. Por fim, não é possível que todos os países alcancem o desenvolvimento dentro do sistema capitalista, pois esse sistema pressupõe uma ordem hierárquica em que o excedente é distribuído de forma desigual. Se há desenvolvimento de um lado, há subdesenvolvimento do outro. Logo, não é possível, dentro da ordem capitalista, que todos os países se desenvolvam ao mesmo tempo e no mesmo ritmo. Mesmo assim, os países subdesenvolvidos podem aplicar formas de modernização em prol do desenvolvimento.

Todavia, a aplicação de novas formas de produção automatizada, tecnologias avançadas ou qualquer outro símbolo de modernização não garantiu melhor situação econômica e social para muitos países. Talvez eles estejam hoje em pior situação do que aparentam. Nesse sentido, Immanuel Wallerstein (2002) observa que é depois desse momento que se fala de desenvolvimento sustentável, conceituando-o como algo real e duradouro que se combina com a cultura local, pois, para o autor, o melhor desenvolvimento é o que revigora valores culturais.

Por outro lado, como consequência da falta de crença no modelo de desenvolvimento até então praticado, a legitimidade dos Estados foi enfraquecendo-se e, à medida que isso ocorre, aumenta a dificuldade dos Estados em impor ordem garantindo o bem-estar da população. Com a perda dessa legitimidade, as pessoas começaram a procurar proteção, formando grupos étnicos, religiosos, raciais. Nesse contexto surgiram reivindicações dos grupos por igualdade política e inclusão socioeconômica.

Esses grupos afirmam que a cultura serve também para defender os direitos e cobrar tratamento eqüitativo. E, ao se expressar a cultura, iniciam-se os atritos, pois se mostram as diferenças, as quais resultam das crenças e valores cultuados em cada contexto.

As reivindicações geraram desordem, e tal desordem é, também, produto do enfraquecimento do sistema capitalista internacional. Surgiram, então, críticas contrárias ao sistema atual. A primeira dizia respeito ao materialismo, que seria a busca pela riqueza, em que os valores morais seriam deixados de lado. Essa primeira crítica feita ao sistema não convenceu, pois o materialismo foi visto pela população em geral como uma satisfação das necessidades básicas. A segunda dizia respeito ao individualismo, fruto da competição de todos contra todos, que gera o egocentrismo. A segunda crítica também não convenceu, porque até mesmo no âmbito da coletividade, a corrupção e a busca pelo poder estão presentes. A terceira crítica ao sistema dizia respeito ao etnocentrismo, mais predominante como eurocentrismo, que se apresenta como racismo e possui uma face universalista.

Os europeus impuseram seus valores para o mundo como universais. Mais uma vez, a crítica não convenceu, uma vez que, à medida que as reações contra o eurocentrismo engrossavam, os contestadores mais influentes nesses movimentos eram facilmente removidos para a classe “superior”. Por fim, a quarta crítica dizia respeito à deterioração sociopsicológica da população, por causa da alienação, com a deterioração ambiental. Não convenceu, já que o sistema capitalista mostrava a solução: para a alienação se criou a terapia, e para a destruição ambiental se criaram a despoluição e a reciclagem.

Para a resolução do problema, Immanuel Wallerstein (2004) explica que é preciso chegar à sua raiz e oferecer uma reconstrução profunda. Para ele deve ser um projeto mundial, no qual a ação local se torna importante. É um projeto para, no mínimo, 50 anos e para utilizar toda possível imaginação humana.

Do mesmo modo que Immanuel Wallerstein, Ignacy Sachs (2004, p. 13) se propôs a analisar o processo de desenvolvimento. O autor afirma que o desenvolvimento

[...] implica a expiação e a reparação de desigualdades passadas, criando uma conexão capaz de preencher o abismo civilizatório entre as antigas nações metropolitanas e sua antiga periferia colonial, entre as minorias ricas modernizadas e a maioria ainda atrasada e exausta dos trabalhadores pobres.

Acrescentando-se que a igualdade, eqüidade e solidariedade estão inseridas no conceito, o autor sustenta que o principal objetivo do desenvolvimento é promover a igualdade e aumentar as vantagens dos mais pobres, a fim de reduzir a pobreza.

Não é possível encapsular em fórmulas simples o desenvolvimento. Esse conceito começou a ser refletido tal como é conhecido hoje, a partir dos anos 40, e tem evoluído durante os anos, fato que o refinou. Ainda assim, deve ser revisado, para que se torne mais operacional.

Dois ângulos opostos contestam a idéia de desenvolvimento. Os autodenominados pós-modernos alegam que o desenvolvimento funciona como uma armadilha ideológica e tem o objetivo de perpetuar a dominação da minoria sobre a maioria. Para isso, propõem avançar para o período de pós-desenvolvimento. Já os fundamentalistas de mercado afirmam que não há necessidade de uma teoria do desenvolvimento, já que bastaria aplicar nos países subdesenvolvidos a economia moderna, e logo o desenvolvimento surgiria como efeito cascata.

Ignacy Sachs (2004) condena a teoria do efeito cascata, por acreditar que seria um absurdo os ricos se tornarem mais ricos, apenas para os pobres ficarem um pouco menos pobres. Como solução para esses dois problemas, o autor defende a reaproximação urgente da ética, da política e da economia, tendo em vista os resultados desastrosos dos princípios neoliberais sobre os países pobres e periféricos.

As primeiras sociedades desenvolvidas se basearam na prioridade do emprego, na importância do Estado de Bem-estar, na necessidade de planejamento e na intervenção estatal na economia, em função da insensibilidade do mercado. Com o passar dos anos, observou-se certa heterogeneidade estrutural. Um dos conceitos de subdesenvolvimento diz ser impossível o emprego total da força de trabalho por meio da adoção de tecnologias avançadas, que, aliás, substituem a força de trabalho humano. Portanto, os países subdesenvolvidos devem procurar formas de equilibrar as metas de industrialização e modernização, com a promoção do pleno emprego aumentando a produtividade. Mas nas economias em desenvolvimento o que ocorre é a concentração de riqueza nas mãos de empresas modernas. Logo os padrões de crescimento econômico devem ser reavaliados, pois a concentração de riqueza não reduzirá as heterogeneidades, mas criará um crescimento excludente.

Ignacy Sachs (2004) informa que a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou uma reflexão sobre o desenvolvimento, reconhecendo que os países desenvolvidos eram limitados pela demanda, enquanto os países subdesenvolvidos eram limitados pela oferta. Por causa disso, anali-

sou que existem quatro diferentes formas de desenvolvimento: desenvolvimento nas regiões periféricas (opostas às economias capitalistas); desenvolvimento estruturalmente heterogêneo (contrastes fortes e disparidades enormes entre a população); desenvolvimento de mercado capitalista (setor capitalista é o mais dinâmico); por fim, desenvolvimento das economias mistas (diferentes configurações no setor privado e público).

No campo do desenvolvimento, dois conceitos se tornaram muito importantes. Desde os anos 1970, o problema da deterioração do meio ambiente levou a um novo conceito de desenvolvimento, que ficou conhecido como desenvolvimento sustentável. Ignacy Sachs (2004) conceitua o desenvolvimento sustentável como “[...] imperativo ético de solidariedade com as gerações presentes e as futuras, ligado à sustentabilidade social e ambiental com viabilidade econômica.” Para o autor, são cinco pilares que estruturam o desenvolvimento sustentável: o social – importante para melhorar a qualidade de vida da população; o ambiental – importante para sustentação dos recursos; o territorial – importante na distribuição das populações e dos recursos; o econômico – importante, para que as coisas ocorram; e o político – importante, pois a democracia traz a liberdade necessária.

Ainda segundo Ignacy Sachs (2004), o desenvolvimento só se torna possível com a geração de emprego, contribuindo para a diminuição da pobreza e das desigualdades, com base no crescimento econômico, e levando-se em conta a necessidades levando em conta a isso o desenvolvimento econômico. desenvolvimento, que ficou conhecido como desenvolvimento sustentável social e ambiental. E ainda pode ser redefinido em termos da universalização e do exercício dos direitos humanos: políticos, civis, econômicos, sociais, culturais. A evolução da idéia de desenvolvimento trouxe vários adjetivos, mas, mesmo assim, há necessidade de um paradigma eficaz que resolva os principais problemas do subdesenvolvimento: o desemprego e as desigualdades crescentes.

A transição para o desenvolvimento sustentável repousa na troca do crescimento financiado por recursos externos para o crescimento com base em recursos internos e emprego para todos com baixo conteúdo de importação. O objetivo maior é o pleno emprego conciliando a sustentabilidade social com o crescimento econômico e colocando ênfase na mudança da distribuição de renda, em vez de persistir no padrão excludente de crescimento.

A maioria pobre das economias fracas, nas quais se inserem os países latinos e caribenhos, não está totalmente excluída na esfera econômica, pois trabalha. Todavia, estão praticamente excluídos do proces-

so de desenvolvimento e da plenitude dos direitos humanos. Por causa disso, a inclusão justa se torna um fator necessário para o desenvolvimento. Ignacy Sachs (2004) considera esse processo como desenvolvimento incluyente, ou seja, oposto àquele crescimento perverso conhecido como desenvolvimento excludente.

O desenvolvimento incluyente pressupõe o exercício dos direitos civis e políticos. Nesse sentido, a democracia se torna fundamental, pois garante a transparência e a responsabilidade necessárias para o processo de desenvolvimento, além de criar condições para debates sobre o interesse público. A população deve ter acesso igualitário a serviços públicos como saúde, educação e moradia.

A educação, principalmente a melhor qualidade no ensino, é importante para a proposta de desenvolvimento, na medida em que contribui para formação cultural, desperta a população para os direitos humanos e ainda se relaciona à empregabilidade. Os serviços de saúde são importantes para melhorar a qualidade de vida, como medidas de prevenção, tal como as vacinas. É importante também melhor condição de moradia e de trabalho.

A respeito da moradia existe um debate se é ou não um serviço público, portanto é preciso aplicar políticas de moradias populares. Esses serviços exigem financiamento público e, em alguns países, a atuação do setor público é falha, por isso os neoliberais propõem soluções de mercado.

Ao mesmo tempo em que o sistema capitalista é eficiente na produção de bens, é também eficiente em produzir males sociais e ambientais. O sistema capitalista, nesse sentido, só seria compensado se produzisse bens públicos, como a redução da pobreza e a proteção do meio ambiente. Por conseguinte, o crescimento deve ser tratado como um fator importante no planejamento do desenvolvimento, pois é a chave de uma estratégia de desenvolvimento incluyente e sustentável.

Um dos motivos que impedem a América Latina de desenvolver sua economia de forma satisfatória é a gama de diferentes objetivos políticos que residem na região desde a última década. Luís Fiori (2007) afirma que os primeiros anos de divergência política se resumiram em excêntricas pessoais. Até então os governos sul-americanos pareciam condenados à verdade incontestável das reformas neoliberais. Atualmente, a “esquerda” começa a criticar os governos, principalmente da Venezuela, Bolívia e Equador, escondendo assim o preconceito contra esses novos líderes indígenas, sindicalistas ou soldados que não conhecem as regras do bom comportamento daquela esquerda.

Por outro lado, as propostas neoliberais tornaram-se consenso na década de 1990, fazendo com que as privatizações, a desregulação do mercado, a crença no fim das fronteiras e a globalização se tornassem as principais características do modelo econômico liberal. Mesmo com a derrota da direita nas eleições da maioria dos países latino-americanos, a esquerda não adotou mudanças radicais, mas manteve o modelo econômico, apenas defendendo a importância de se fortalecer o Estado e a sociedade mediante programas de transferência de renda e reformas sociais. Esse quadro começou a mudar pela ação de Chávez (Venezuela) e de Evo Morales (Bolívia), orientada para criar o socialismo do século XXI. Então ressurgiram na América do Sul a palavra e o projeto socialista. Com isso, a esquerda latino-americana explicitou sua diversidade interna e a multiplicidade de seus caminhos.

Segundo Luís Fiori (2007), o governo de Nestor Kirchner, na Argentina, redefiniu sua relação com a comunidade financeira após a moratória argentina e transformou em prioridade absoluta a criação de empregos e a recuperação da massa salarial da população do seu país. Nestor Kirchner ainda voltou a proteger a indústria e estatizou vários serviços públicos, utilizando em seu governo a fórmula social-democrática europeia.

No caso de Hugo Chávez, na Venezuela, seu governo anunciou o projeto socialista do século XXI e retomou idéias de vários outros governos revolucionários ou nacionalistas do continente, como o governo de Fidel Castro, em Cuba. O ponto central foi a criação de um núcleo estatal capaz de liderar o desenvolvimento do país, com o objetivo de uma sociedade mais igualitária. No governo de Chávez, a idéia é fazer com que convivam os grandes capitais estatais e privados com as pequenas cooperativas da economia indígena, dentro de um sistema comum de participação democrática.

Já o governo Lula, no Brasil, não pretende construir o socialismo e sim “destravar” o capitalismo, fazendo com que as taxas de crescimento aumentem e que cresça o número de empregos, aumentando os salários de maneira sustentada, assim fortalecendo o investimento e protegendo o Estado. No governo brasileiro, o objetivo seria retomar o desenvolvimentismo da década de 1930 e unir as diversas vertentes do desenvolvimentismo nacional que ficaram separadas na época da ditadura. Seria um desenvolvimentismo com inclusão social.

Por fim, o governo de Michelle Bachelet, no Chile, segue um projeto sócio-liberal, que modifica aos poucos o modelo econômico liberal das últimas décadas, mantendo-se distante do projeto socialista. É cada vez maior seu parentesco com a frente popular, privilegiando as políticas

de universalização dos serviços públicos como saúde e educação.

Luís Fiori (2007) afirma que o desencanto da direita liberal tem motivo de existir, pois de repente tudo mudou, e o cenário latino-americano ficou cheio de idéias e propostas. Podem dar certo ou não, mas não se pode ignorá-las, rotulando-as como projetos antigos que não deram certo por serem sempre interrompidos pela mesma direita. As divergências políticas da região certamente atrasam seu desenvolvimento. Mas tais divergências são heranças de séculos atrás, já que a colonização latino-americana foi realizada por povos diferentes, fato que gerou na região políticas de solidão e individualidade. A busca pelo desenvolvimento foi um dos motivos que levaram os países latino-americanos a se juntarem e criarem o Grupo do Rio, com o propósito de propiciar o desenvolvimento da América Latina, com base no consenso político entre os países.

3 RETROSPECTIVA SOBRE A CRIAÇÃO E A FORMAÇÃO DO GRUPO DO RIO

De acordo com o dossiê de Josette Altmann (2007), o Grupo do Rio (GR) surgiu em função da experiência adquirida em vários anos pelo Grupo dos Oito, formado pelo Brasil, Argentina, Colômbia, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela. O Grupo dos Oito resultou da união do Grupo da Contadora e do Grupo de Apoio à Contadora. O Grupo da Contadora era formado por Colômbia, México, Panamá e Venezuela, estabelecido em 1983 como uma instância multilateral em função de uma saída negociada para o então conflito centro-americano. Já o Grupo de Apoio, criado em 1985, era formado por Argentina, Brasil, Peru e Uruguai, e foi estabelecido para respaldar a capacidade negociadora dos países membros do Grupo de Contadora. O Grupo dos Oito se formou pela necessidade de integração e cooperação na região latino-americana no contexto geral dos processos de redemocratização vigentes na época.

Os chanceleres do Grupo dos Oito se reuniram em 1986 e decidiram modificar suas funções e metas por causa das grandes mudanças que ocorreram no sistema internacional e na região, que alteraram o rumo da política externa. Os chanceleres escreveram a “Declaração do Rio de Janeiro”, documento que mais tarde criaria o GR. Em 1990, o Grupo dos Oito adotou o nome Grupo do Rio, um mecanismo permanente de consulta e consenso político da América Latina e Caribe, facilitando os processos de consultas regulares dos governos sobre temas que afetam a região. A condição democrática seria o único requisito para ingressar no

Grupo do Rio (GR). Boris Yopo (1991) afirma que um dos objetivos mais importantes da Declaração consistia no surgimento de democracias representativas na América Latina, pois ela permitiria um diálogo político que mostrasse a necessidade de se conjugar esforços para encontrar soluções próprias aos problemas da região e impulsionar o desenvolvimento sustentável, com base no crescente processo de cooperação e integração latino-americana.

No início houve muita discussão acerca dos países que deveriam ingressar no Grupo, pois cada um afirmava seu direito, e, com o passar dos anos, o número de membros aumentou. Atualmente o Grupo do Rio conta com vinte membros: Argentina, Brasil, Colômbia, México, Panamá, Peru, Uruguai, Venezuela, Bolívia, Equador, Chile, Paraguai, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, República Dominicana, Belize e o CARICOM (um representante rotativo subregional). E em 13 de novembro de 2008 os chanceleres do Grupo do Rio, reunidos na cidade mexicana de Zacatecas, aceitaram a incorporação de Cuba como membro pleno do foro. Houve assim, um aumento significativo em sua representatividade.

Conforme Boris Yopo (1991) esclarece, o Grupo do Rio não conta com uma estrutura institucional, o que lhe permite ser um mecanismo flexível e informal. Muitos membros sugeriram a criação de uma estrutura institucional, mas ficou decidido pela maioria que a informalidade e a flexibilidade ajudariam no baixo nível de burocracia e que seria preciso apenas uma secretaria-geral e uma *troika* anual de representantes para encontros com contrapartes extra-regionais. Suas reuniões são realizadas nos países membros. Uma vez ao ano, tais encontros contam com chefes de Estado e de governo e com ministros das Relações Exteriores, e três vezes por ano contam com coordenadores nacionais.

O Grupo do Rio é o mecanismo mais representativo da América Latina e Caribe e um dos principais interlocutores da região com outros países ou blocos. Os primeiros objetivos do Grupo do Rio estabelecidos na Declaração do Rio de Janeiro e analisados por Josette Altmann (2007) foram: a ampliação da cooperação entre os governos, o exame das questões internacionais de interesse dos governos e a reunião de esforços comuns para promover um melhor funcionamento dos organismos latino-americanos de cooperação e integração.

Pretendia-se também: propor soluções próprias aos conflitos que afetam a região; impulsionar iniciativas que melhorassem as relações interamericanas; impulsionar os processos de cooperação e integração na América Latina; explorar conjuntamente novos campos que favoreces-

sem o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico dos países; por fim, observar a conveniência e a oportunidade das reuniões dos chefes de Estado dos países. O Grupo do Rio colabora na proteção de atores cuja divergência de orientação possa travar o processo de decisão por consenso no Grupo.

Boris Yopo (1991) destaca que a maior contribuição do Grupo do Rio é a possibilidade do surgimento de uma diplomacia presidencial nova que encoraje a abordagem de problemas importantes para região.

A primeira reunião presidencial do GR foi no México, em 1987. Apesar da meta de facilitar a aproximação dos países, o Grupo do Rio não pretendeu substituir instituições multilaterais da região. Seu propósito seria o de expandir sua influência dentro do hemisfério, para que seus objetivos fossem adotados por mais países. Uma das reuniões mais importantes foi realizada em Caracas, Venezuela, em 1990, pois lá se discutiram alguns desafios importantes para a região, como, por exemplo, as mudanças necessárias para que os países membros do GR pudessem acompanhar as mudanças do sistema internacional. Pela primeira vez, os países membros haviam ligado o assunto dívida externa com o comércio e o investimento. Essa reunião contribuiu para a revisão e redefinição das atividades do GR.

O Grupo do Rio também facilitou várias reuniões de seus membros com outros países, fazendo com que suas idéias e propostas se expandissem, tornando a região latino-americana mais fortalecida externamente. Todavia, um dos maiores desafios do Grupo é justamente promover a concordância das políticas dos países membros, por causa da diversidade de interesses entre eles, fortalecendo assim o bloco latino-americano.

No âmbito do meio ambiente, os membros do Grupo concordaram que sua proteção seria uma das prioridades de suas políticas. Os membros ainda afirmaram, na reunião de Caracas (1990), que a maior responsabilidade seria dos países desenvolvidos, pois são eles os que mais poluem o planeta. Concluíram que seus esforços dependeriam do acesso à tecnologia e de recursos adicionais financeiros para cuidar dos desafios relacionados ao assunto.

Para que haja o desenvolvimento sustentável, o Grupo do Rio assegura a necessidade de um equilíbrio entre os objetivos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento. Para isso, firmou-se a “Declaração do Grupo do Rio sobre Desenvolvimento Sustentável”. Seu objetivo maior será alcançado quando os países executarem os compromissos adotados na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em

que é proclamado o dever do homem em preservar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras, evitando-se o esgotamento dos recursos naturais, a poluição das águas, a liberação de substâncias tóxicas e liberação de calor. E, ainda, proclama o dever de cada Estado em adotar um enfoque coordenado da planificação de seu desenvolvimento com programas de educação ambiental. Os membros do Grupo do Rio concordam que o desenvolvimento latino-americano depende de esforços conjuntos acerca de vários objetivos e que esses objetivos passam pelo desenvolvimento da região, seja econômico, social, cultural ou ambiental.

O GR pretende desenvolver a América Latina de forma sustentável e eqüitativa em todas as áreas. O fortalecimento interno do Grupo, a preservação da democracia, a promoção dos direitos humanos, a paz e a segurança, ações contra o terrorismo, contra a corrupção e as drogas, comércio, integração regional, desenvolvimento sustentável, cooperação em todos os campos e superação da pobreza são alguns dos objetivos a serem alcançados no decorrer das políticas adotadas pelos membros do Grupo.

Heloisa Vilhena de Araújo (2005) analisa o desenvolvimento na América Latina e as propostas do GR sobre essa questão. Segundo a autora, a América Latina acatou com grande ímpeto o discurso neoliberal do pós-guerra fria, embora o aumento do fluxo de comércio tenha beneficiado apenas os países com capacidade de adicionar valor à sua produção. Logo, a conseqüência desse processo na região latino-americana foi uma sucessão de crises, provocando o aumento da exclusão social por meio do trabalho precário e da diminuição da renda.

Heloisa Vilhena de Araújo (2005) ressalta que o crescimento das importações sobre o produto interno bruto (PIB) latino-americano saltou de 11%, entre 1977-1988, para 19%, em 2002, fato gerado pelo esforço de integração aos mercados globais. Por outro lado, o resultado da abertura em sua balança de bens e serviços acarretou grandes déficits que só se reverteram a partir de 2002, com a recuperação das exportações brasileiras e argentinas. Quanto ao crescimento econômico da região, a variação do PIB manteve um comportamento declinante de 3% para 2%, no período de 1989 a 2000. A variação do PIB *per capita* caiu de 1% para próximo de zero, em 2002, e o desemprego passou de 5%, em 1989, para 9%, em 2002. O cenário se complicou mais ainda por causa do aumento da dívida externa latino-americana. Em suma, os anos 90 e o início do século XXI foram mais um período perdido nas economias locais.

No campo social, a inserção da América Latina na nova ordem acelerou a deterioração de seus indicadores. Segundo a Comissão Eco-

nômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), a população abaixo da linha da pobreza aumentou de 41%, em 1980, para 42%, em 2000, e, em 2003, passou para 43%. A Cepal apurou ainda que 9% das crianças menores de cinco anos sofrem de desnutrição. Apesar da forte modernização, existe na América Latina um quadro grave e crescente de miserabilidade das sociedades. Para a Cepal, o quadro de pobreza poderia ser reduzido, caso os países registrassem crescimento anual de 6% até 2015, índice impossível para a maioria dos latino-americanos. A dificuldade maior em melhorar a situação social dos países reside nas sérias restrições econômicas deles.

Outro fator que contribui para esse quadro negativo é o fato de os países periféricos serem proibidos de usar políticas do passado que favoreceram os que hoje são ricos. Essas disparidades existentes indicam que as oportunidades econômicas são determinadas pela posição que os países ocupam na hierarquia internacional. A tarefa de ascender nessa escala é difícil pelas assimetrias globais que contribuem para o jogo desnivelado da economia mundial. Os países periféricos são mais vulneráveis economicamente aos choques externos por não possuírem reservas econômicas; os países centrais possuem alta concentração de progresso técnico; por fim, há o contraste entre a crescente mobilidade de capital e a crescente restrição de mobilidade da mão-de-obra.

Josette Altmann (2007) acrescenta que, além das assimetrias globais, a América Latina conta com suas assimetrias regionais, em que os níveis de desenvolvimento são diferentes e as economias desiguais. Assim, as assimetrias externas e internas atrasam a progressão econômica e social da região.

Nesse sentido, Heloisa Vilhena de Araújo (2005) afirma que a cooperação entre os países latino-americanos é necessária, para que seu peso e poder de barganha aumentem. No entanto, o que se vê na região são acordos comerciais tímidos e repletos de exceções. Sabe-se que, para que os acordos sejam eficazes, é preciso estratégias amplas e comuns, comprometidas com uma visão transnacional que permita consolidar condições para exercício de um poder global compatível com o tamanho das forças em jogo. A inserção latino-americana no mundo global depende da qualidade de seus mecanismos regionais, para que, assim, melhore a qualidade de suas repostas aos desafios da ordem atual.

O Grupo do Rio é um mecanismo regional proposto, a fim de que os países possam desenhar e promover uma política externa comum que permita à América Latina incidir na agenda global como uma região forte e unificada. Mas o que se observa é a falência das repostas à globalização,

produto da fraca base econômica e social de cidadania. É necessário recuperar o crescimento econômico dinâmico e sustentável, bem como gerar empregos de qualidade. É essencial promover o desenvolvimento produtivo, em que cada país em suas condições individuais possa se inserir no processo de globalização. O GR desempenha um papel importante, na medida em que age como foro de elaboração e promoção de uma política externa comum em que a cooperação entre latinos facilitará o avanço do desenvolvimento em diferentes áreas.

No âmbito da cooperação, Heloisa Vilhena de Araújo (2005) garante que é preciso a construção de uma política regional de ciência e tecnologia, para se promoverem empreendimentos conjuntos, e também a formação de pesquisadores e inovadores em áreas como a indústria, medicamentos, desenvolvimento de *softwares*, pesquisas agropecuárias, desenvolvimento turístico e o uso pacífico da energia nuclear. Da mesma forma, o meio ambiente exige cooperação na defesa dos ecossistemas compartilhados, a mega diversidade, o patrimônio genético e o combate às mudanças climáticas. Para que essas ações se tornem possíveis, é preciso esforço conjunto e contínuo.

A meta de se impulsionar o desenvolvimento deve ser voltada para um multilateralismo forte capaz de superar as assimetrias da ordem global. Entre as prioridades da atual fase de desenvolvimento dos países latino-americanos estão: políticas dirigidas para a diversidade e destino das exportações; melhor relação da produção nacional com a atividade internacionalizada; apoio às produções locais, com o objetivo de integrar as pequenas e médias empresas na dinâmica do desenvolvimento; incorporação de princípios de equidade, em que a melhoria da qualidade de vida esteja de acordo com o crescimento econômico.

Para o desenvolvimento social é fundamental uma política social de longo prazo que garanta inclusão justa, emprego de qualidade, proteção social, redução da heterogeneidade estrutural, em que o desenvolvimento social estaria no centro da política econômica, e, principalmente, uma política que garanta educação, pois só com conhecimento é possível alcançar o desenvolvimento.

Ainda no campo da cooperação, a autora afirma que o pleno desenvolvimento econômico e social dos povos latino-americanos requer esforços para fortalecer o campo educativo, priorizando ações para eliminar o analfabetismo, melhorando a qualidade do ensino e oferecendo condições necessárias, para que a maior proporção da população ascenda aos níveis técnicos e superiores de formação. Logo, é possível garantir convergência nas visões dos países sobre a ordem mundial, resultan-

do em uma política externa comum. Em longo prazo, esse é um dos principais objetivos do GR.

Josette Altmann (2007) reuniu algumas declarações contendo os objetivos do GR. Aqui, optamos por analisar as declarações que tratam direta ou indiretamente do desenvolvimento na América Latina. Na Declaração de Cartagena firmada na Colômbia, em 2000, os países se comprometeram com a dimensão humana do desenvolvimento, considerando que o desenvolvimento econômico deve contribuir para diminuir as desigualdades das nações, aumentando dessa forma a produtividade delas. O compromisso feito em Cartagena inclui o acesso à educação e o fortalecimento de programas para a capacitação profissional, para se criarem oportunidades de empregos produtivos.

Na Declaração sobre a evolução do GR nos quinze anos de sua existência, assinada em 2001, no Chile, os países reafirmaram seus compromissos e reconheceram o bom desempenho do Grupo, por ter permitido a integração e a cooperação entre seus membros. Por outro lado, tem sido preocupação permanente do Grupo o combate à fome e à pobreza, a instabilidade dos mercados financeiros, a proteção do meio ambiente e o aumento da tecnologia, entre outras.

Consta na Declaração de São José, firmada na Costa Rica, em 2002, o compromisso dos países integrantes do Grupo do Rio em consolidar a democracia, para que se assegurem a justiça, a liberdade, a paz e o desenvolvimento sustentável dos povos latinos. Já no Consenso de Cusco, no Peru em 2003, os países se comprometeram em cumprir integralmente o Programa de Doha para o Desenvolvimento, visando à importância das negociações comerciais para o crescimento com o desenvolvimento. O ritmo vagaroso das negociações de Doha demonstra a indiferença dos países desenvolvidos para com os países subdesenvolvidos.

Na Declaração de Turkeyen, firmada na Guiana, em 2007, se comemorou o aniversário do Grupo do Rio. Os chefes de Estado dos países membros expressaram suas satisfações com os resultados obtidos e com o cumprimento dos objetivos fixados. Confirmaram a importância do GR como um espaço privilegiado de consulta e concerto político da América Latina e Caribe e estabeleceram o fortalecimento do Grupo. Os chefes participantes assinalaram que o progresso do GR na região, no âmbito da cooperação, serviu para fortalecer a democracia, manter a paz, promover o desenvolvimento e combater o terrorismo, o crime organizado e as drogas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal analisar a eficácia das ações do Grupo do Rio (GR) na América Latina e Caribe, com foco no desenvolvimento da região.

A questão do desenvolvimento foi o fio condutor da análise, e a questão da possibilidade do consenso e da parceria entre os países membros do GR foi uma das questões centrais observadas.

Por meio das informações coletadas e das análises propiciadas pelos autores utilizados, foi possível observar que muito já foi feito. Todavia, restam muitos obstáculos a serem transpostos, para que os verdadeiros objetivos do GR sejam alcançados. Mesmo que o GR seja hoje um espaço privilegiado de diálogo em prol da cooperação entre seus países membros, ele encontra-se, ainda, transpassado por ideologias políticas que dificultam a progressão de suas ações.

É possível observar que, em 1989, com a queda do muro de Berlim, a perspectiva política denominada “direita” sofreu uma guinada na Europa e nos Estados Unidos, enquanto, na América Latina e no Caribe, houve um alinhamento político rotulado como de “esquerda”. Para muitos (intelectuais, mídia e senso comum), esse alinhamento representou um retrocesso ou um processo conservador impulsionado pelo populismo e por ideologias superadas e em descompasso com o mundo contemporâneo. A verdade é que a perspectiva de “esquerda” ganhou força, apesar de críticas e abalos sofridos pelos seus representantes.

O GR reúne todos esses representantes, ainda que suas orientações não coincidam exatamente. Portanto, nota-se que, no espaço constituído pelo Grupo, temos, desde o radicalismo da revolução bolivariana e do projeto da Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba), defendido por Chávez, até o modelo indefinido de Lula que, ora afirma não ser de esquerda e ora critica a direita e as elites de seu próprio país. Assim, as diferentes motivações que orientam os posicionamentos dos chefes de Estado latino-americanos dificultam a implementação de projetos voltados para o desenvolvimento latino-americano.

O GR pretende contribuir para o desenvolvimento da região promovendo um fórum de debates. Nesse sentido, a cooperação é um instrumento importante, para que obstáculos, como a concentração de riqueza, a pobreza e as fraturas sociais, sejam removidos.

Diante de inúmeros desafios, um dos primeiros passos para o desenvolvimento latino-americano é a criação de um sistema institucional adequado, tanto no que diz respeito a sistemas legais não discricionários

quanto a pactos sólidos que garantam estabilidade política e organizações que gerem equilíbrio entre o interesse público e privado, bem como o aumento da capacidade de participação na criação e difusão de conhecimento e tecnologias, de gestão de recursos, de organização educacional e da força de trabalho.

É necessário o esforço conjunto na adoção de políticas macroeconômicas que facilitem a inversão produtiva global, em que, quanto mais os países periféricos produzem atendendo às demandas externas, mais se tornam dependentes. Esse processo gera pobreza e degradação humana. Para tanto, o GR conta com a cooperação no campo financeiro, traduzida na ampliação de recursos e em parcerias de bancos regionais com nacionais de desenvolvimento.

No campo social, o GR apóia a promoção do emprego digno promulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e ainda promove o reconhecimento de títulos e qualificações profissionais para facilitar a mobilidade das pessoas entre os países membros. É fundamental que os países latinos sejam capazes de produzir conhecimento, eliminando o analfabetismo e melhorando a qualidade da educação, a fim de que seus povos possam gerar o desenvolvimento humano.

No âmbito do GR, o desenvolvimento social e econômico deve ser atrelado ao desenvolvimento sustentável. Para isso, os países membros realizaram uma reunião em Johannesburgo (2003) para discutir tal tema. Daí criou-se a “Declaração de Johannesburgo: nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável”. Nessa reunião, os principais problemas latino-americanos foram discutidos, e os países concordaram com a necessidade de uma parceria construtiva, para que todos alcancem o objetivo comum do desenvolvimento sustentável. Por essas parcerias é possível ampliar o acesso aos requisitos básicos, como água potável, saneamento, energia, habitação adequada, proteção da biodiversidade, entre outros.

A luta contra as condições mundiais que ameaçam o desenvolvimento sustentável terá atenção especial e prioritária nas próximas décadas. Entre essas condições estão desnutrição, subalimentação crônica, terrorismo, tráfico humano, xenofobia e doenças endêmicas.

Juntos, os países membros do GR se comprometeram em adotar medidas para assegurar que os recursos naturais sejam utilizados em benefício da humanidade. Além disso, incitam a contribuição dos demais países, do mesmo modo que apóiam o surgimento de grupos e alianças que promovam a cooperação tanto regional quanto internacional, trabalhando em parcerias estáveis e respeitando os papéis de cada um. Os países declararam a participação de grupos indígenas como vital para o

processo do desenvolvimento sustentável.

Os países concordaram em que a participação das empresas é importante nesse processo, pois elas devem contribuir para a evolução de comunidades mais eqüitativas e sustentáveis, de modo transparente e regulatório.

Para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável, os países membros afirmam a necessidade de instituições multilaterais mais eficazes, democráticas e responsáveis. Os países membros demonstram apoio aos princípios da Carta das Nações Unidas, pois a ONU é a organização mais representativa do mundo e uma das que mais defendem o desenvolvimento sustentável.

A Declaração de Johannesburgo conta ainda com o compromisso de monitorar o progresso alcançado na elaboração dos objetivos do desenvolvimento sustentável assim como a não-execução deles.

Assim, os projetos propostos pelo GR para o desenvolvimento, tanto social e econômico quanto sustentável, só serão possíveis mediante parcerias focalizadas em um objetivo comum. Já as divergências existentes na região afetam a progressão do GR e facilitam o surgimento de diversos conflitos relacionados, principalmente, à segurança internacional, ao narcotráfico e às guerrilhas.

Em março de 2008, as tropas da Colômbia bombardearam um acampamento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), em território equatoriano, matando cerca de 20 guerrilheiros e o porta-voz internacional do grupo, Raúl Reyes.

A ação opôs Colômbia ao Equador e à Venezuela. A Colômbia acusou os dois países de abrigarem narcotraficantes das FARC, enquanto Equador e Venezuela acusaram a Colômbia de violação da soberania equatoriana. O conflito abalou as relações diplomáticas entre Colômbia e Nicarágua. Por causa do episódio, as relações na região se estremeceram.

Ainda nesse mês, o GR se reuniu em Santo Domingo, República Dominicana, para debater sobre energia, desastres naturais e desenvolvimento. Os países entenderam que a região enfrenta sérios desafios em matéria de energia e reconheceram a necessidade de diminuir suas vulnerabilidades nesse sentido. Expressaram a importância da solidariedade com os países afetados por desastres naturais causados por mudanças climáticas. Na ocasião, a crise regional entrou em pauta, e os países envolvidos confrontaram suas acusações e logo selaram a paz, contornando a desavença.

Nesse sentido, os conflitos são inevitáveis, na medida em que se reúnem diferentes visões políticas, mas são possíveis de serem resol-

vidos. Para isso, a diplomacia emerge para assegurar a paz, enquanto o processo de integração e cooperação se torna responsável pelo desenvolvimento.

O Grupo do Rio promove um fórum de debates exatamente para os conflitos serem resolvidos e o consenso entre os países facilitar o desenvolvimento da América Latina e do Caribe. Os desafios são de grande vulto, contudo as ações do GR revelam-se promissoras e democráticas.

5 PÓS-DATA DE DEZEMBRO DE 2008

A incorporação de Cuba no Grupo do Rio, como membro pleno, decidida na última reunião ministerial do foro (Zacatecas, México, 12 e 13 de novembro de 2008), implica em conseqüências transcendentais – e polêmicas. De um lado, a incorporação de Havana supõe um fortalecimento na capacidade negociadora e na representatividade do foro. Convém lembrar, aliás, que o Grupo do Rio é o único foro de consulta e consenso verdadeiramente latino-americano e caribenho. Igualmente a trajetória cubana no campo da cooperação intra-regional e extra-regional é sumamente significativa e internacional reconhecida. Ao aceitar a incorporação da ilha, as diplomacias latino-americanas foram, de modo geral, atinadas e bem sucedidas. Entretanto, é importante lembrar que, neste caso, a virtual cláusula democrática que tinha sido colocada desde a fundação do Grupo do Rio em 1986 fica, de certo modo, abalada e enfraquecida. Os autores deste artigo acreditam que os governos latino-americanos devem cooperar com as autoridades cubanas, porém sem esquecer que um dos principais objetivos estratégicos Grupo do Rio deve continuar sendo a consolidação da democracia integral no continente – inclusive em Cuba.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Josette. **Dossiê: Grupo do Rio**. São José: Fundação Carolina, 2007.

Araújo, Heloisa Vilhena de. **O Grupo do Rio e a globalização**: grupo de reflexão de alto nível. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2005.

DANTAS, Cláudio. Mundo: crise sul-americana. **Correio Braziliense**, 7 mar. 2008, p. 21

FIORI, Luís. De volta para o futuro. **Valor Econômico**, 31 jan. 2007.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro Editora Garamond, 2004, p. 13 - 64.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Após o liberalismo**: em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Vozes, 2002.

YOPO, Boris. The Rio Group: decline or consolidation of the Latin American concertacion policy? **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 33, n. 4, 1991, p. 27 - 43.

Periódicos eletrônicos

www.secom.unb.br. Acesso em: 4 abr. 2008.

www.wikipédia.com.br. Acesso em: 12 mar. 2008.

www.mwgloba1.org. Acesso em: 5 mar. 2008.

www.metaong.info. Acesso em: 5 mar. 2008.

www.suapesquisa.com. Acesso em: 5 mar. 2008.

Artigo recebido em 29/9/2008. Aprovado para publicação em 20/10/2008.
--